

MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO E AJUSTAMENTO FINANCEIRO



MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS
Março 2015



ÍNDICE

Índice

1.	FUNDAMENTO, ÂMBITO, OBJECTIVOS E METODOLOGIA.....	3
2.	DESCRIÇÃO DO EMPRÉSTIMO PAEL, REEMBOLSOS E JUROS	4
3.	DESCRIÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS DE SANEAMENTO, REEMBOLSOS E JUROS.....	5
4.	PAGAMENTOS EFETUADOS.....	6
5.	ACOMPANHAMENTO MEDIDAS GERAIS.....	8
6.	ACOMPANHAMENTO MEDIDAS ESPECIFICAS 2015 DO PSF.....	9
6.1.	RECEITAS.....	9
6.2.	DESPESAS	14
6.3.	RESUMO	20
7.	EVOLUÇÃO PATRIMONIAL	24
8.	CONCLUSÕES	25



1. FUNDAMENTO, ÂMBITO, OBJECTIVOS E METODOLOGIA

O presente relatório consubstancia os resultados do trabalho relativo ao Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento e Ajustamento Financeiro do Município de Torres Novas.

Desta forma o presente relatório reporta-se a uma sexta avaliação com referência à data de 31 de Março de 2015 em termos de acompanhamento, coordenação e gestão do Estudo e respetiva execução do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) e do Plano de Saneamento Financeiro.

Neste relatório voltamos a evidenciar as condições dos empréstimos e os pagamentos efetuados ao abrigo dos mesmos, bem como os reembolsos e juros entretanto pagos.

Efetua-se também uma análise prática da implementação das medidas previstas no Plano de Saneamento Financeiro, com especial enfoque nos desvios ocorridos entre o previsto e efetivamente realizado.

Mantêm-se também os dados patrimoniais reais com os previstos em referência ao ano de 2014.

Confronta-se também o considerado no orçamento de 2015 com o previsto no plano para o mesmo ano e o previsto em termos de grandes rubricas patrimoniais com o efetivamente registado.



2. DESCRIÇÃO DO EMPRÉSTIMO PAEL, REEMBOLSOS E JUROS

Conforme referido nos relatórios de acompanhamento anteriores, foi aprovado e efetuado o empréstimo de PAEL com as seguintes condições em relação ao previsto:

PAEL	Previsto	Real
Montante Contratual	6.795.454 €	6.795.454 €
Taxa de Juro	2,54%	2,45%
Spread	0,15%	0,15%
Primeira Data de Reembolso	01-06-2013	15-11-2013
Última Data de Reembolso	01-12-2026	15-05-2027
Modo de Reembolso	Prestações Semestrais	Prestações Semestrais
N.º Anos	14	14
N.º Prestações	28	28
Pagamento de Juros	01/06 e 01/12	15/05 e 15/11

A primeira tranche foi efetivamente recebida em 26/08/2013 com o valor de 4.756.818€. A segunda tranche no valor de 2.038.636€ foi recebida a 30/12/2013 e contabilizada em Janeiro de 2014.

Até à data de 31/03/2014 as amortizações efetuadas bem como os juros pagos foram os seguintes:

Prestações	Amortização	Juros	Total
1º prestação em 2013	169 886	31 411	201 297
1º prestação em 2014	244 759	86 644	331 402
2º prestação em 2014	244 759	91 948	336 707
Total	659 404	210 003	869 407

Desta forma o valor em dívida a 31-03-2015 relativamente ao empréstimo do PAEL cifra-se em 6.118.968€ determinado da seguinte forma:

Rubricas	Montantes
Montante Aprovado	6 795 454
Montante Utilizado	6 778 372
Diferença de Estomos	17 081
Amortizações	659 404
Total em Dívida 31-03-2015	6 118 968



Este montante é o mesmo que a 31/12/2014 uma vez que as prestações de reembolso do PAEL são em Maio e Novembro de cada ano.

3. DESCRIÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS DE SANEAMENTO, REEMBOLSOS E JUROS

Também conforme mencionado nos relatórios de acompanhamento anteriores, foram efetuados os empréstimos de saneamento na Caixa Geral de Depósitos e no Banco Português de Investimento com as seguintes condições face às previstas:

Empréstimos Saneamento	Previsto	Real
CGD		
Montante Contratual	5.000.000 €	5.000.000 €
Taxa de Juro	0,44%	Euribor 6 Meses
Spread	6,75%	6,25%
BPI		
Montante Contratual	1.503.814 €	1.503.814 €
Taxa de Juro	0,44%	Euribor 6 Meses
Spread	6,75%	6,75%

O empréstimo da Caixa Geral de Depósitos já teve amortizações no montante total de 248.695€, sendo o valor em dívida a 31-03-2015 de 4.751.305€:

Prestações	Amortização	Juros	Total
2013	0	96.046	96.046
2014	137.513	331.921	469.434
2015	111.183	64.460	175.643
Total	248.695	492.427	741.122

Para este empréstimo e no seguimento da descida generalizada das taxas de juros nos mercados bancários foi renegociada a taxa, tendo sido aprovado um ajustamento do spread em vigor no empréstimo de 6,25% para 4,5%, com efeitos a partir de 30 de Janeiro de 2015.

Em relação ao empréstimo do BPI verifica-se que ainda não foram amortizados quaisquer montantes (período de carência), tendo sido pagos juros no montante de 161.653€. O valor em dívida a 31-03-2015 deste empréstimo corresponde ao montante efetivamente utilizado de 1.469.254€. A primeira amortização deste financiamento ocorrerá em Setembro de 2015.



Prestações	Amortização	Juros	Total
2013	0	32.381	32.381
2014	0	103.933	103.933
2015	0	25.340	25.340
Total	0	161.653	161.653

4. PAGAMENTOS EFETUADOS

PAEL

No plano elaborado a previsão de pagamentos por classe económica e patrimonial que justificavam o empréstimo de PAEL era a seguinte:

Classe Económica	Classe Patrimonial					Total
	221	261	262	267	268	
01			14.011	0	703.115	717.126
02	3.444.768	41.031			42.145	3.527.944
03	2.878				114.718	117.596
04	23.685				864.996	888.682
05					19.277	19.277
06	12.122				11	12.133
07	136.764	1.170.761			11.940	1.319.465
08	9.465	16.155			167.611	193.231
Total	3.629.682	1.227.946	14.011	0	1.923.814	6.795.454

Após o recebimento das duas tranches do empréstimo (a ultima tranche foi registada em Janeiro de 2014) verifica-se que a totalidade do empréstimo concedido foi de 6.778.372€, sendo a diferença de 17.081€ relativa a estornos não aprovados.

O Município efetuou os pagamentos decorrentes do PAEL até Abril de 2014, estando apenas por conciliar alguns itens relativos a situações extraordinárias como a não apresentação de certidão de não dívida dos credores, o falecimento de alguns credores estando a aguardar-se a habilitação de herdeiros, processos de penhora, etc.

Assim foram efetuados os seguintes pagamentos por classe económica e patrimonial:



Classe Económica	Classe Patrimonial				Total
	221	261	262	268	
01			9.134	703.115	712.249
02	3.318.978	41.031		41.965	3.401.974
03	2.876			91.850	94.727
04	23.685			810.358	834.043
05				19.277	19.277
06	12.026			11	12.037
07	136.764	1.119.692		9.776	1.266.232
08	9.465	16.155		103.195	128.814
Total	3.503.795	1.176.877	9.134	1.779.547	6.469.354

Salienta-se que os pagamentos efetuados até Abril de 2014 são superiores às tranches recebidas em 612.048€ devido a terem sido efetuados adiantamentos de pagamentos por receitas próprias.

Deste montante adiantado, temos que 326.100€ serão de considerar pagamentos ao abrigo do PAEL, uma vez que são o que resulta da diferença entre o montante recebido e pago:

Classe Económica	Classe Patrimonial				Total
	221	261	262	268	
01	0	0	4.876	0	4.876
02	125.790	0	0	180	125.970
03	1	0	0	22.868	22.869
04	0	0	0	54.639	54.639
05	0	0	0	0	0
06	96	0	0	0	96
07	0	51.069	0	2.164	53.233
08	0	0	0	64.416	64.416
Total	125.888	51.069	4.876	144.267	326.100

SANEAMENTO FINANCEIRO

No plano elaborado a previsão de pagamentos por classe económica e patrimonial que justificavam os empréstimos de Saneamento era a seguinte:



Classe Económica	Classe Patrimonial						Total
	221	228	261	262	264	268	
01				22.510		51.655	74.165
02	3.235.143	12.319	24.722			25.819	3.298.003
03						213.300	213.300
04	16.336	970				128.529	145.835
05		57.254			190.861	22.217	270.332
06	588		90.000			8.705	99.293
07	72.189		2.163.547				2.235.736
08			111.220			55.928	167.148
Total	3.324.256	70.543	2.389.489	22.510	190.861	506.155	6.503.814

Com a entrada dos valores dos empréstimos nas contas do Município, foram até 31-12-2013 efetuados os seguintes pagamentos:

Classe Económica	Empréstimo BPI	Empréstimo CGD	Total
01		87.777	87.777
02	333.695	3.823.640	4.157.335
03		114.765	114.765
04		109.582	109.582
05		104.237	104.237
06		99.486	99.486
07	1.136.241	595.257	1.731.498
08		69.443	69.443
Total	1.469.936	5.004.188	6.474.124

Assim foi efetuada a totalidade dos pagamentos do Saneamento até 31-12-2013, sendo que existiram retenções no empréstimo do BPI e pagamentos por caixa de cerca de 56.000€.

5. ACOMPANHAMENTO MEDIDAS GERAIS

No Plano de Saneamento foram consideradas seis medidas gerais, cujos impactos, pela transversalidade das medidas não são facilmente quantificáveis.

A saber,

- Implementação do Orçamento de base zero, em curso;
- Reapreciação das participações financeiras e associativismo em conformidade com a Lei n.º 50/2012;



- ✚ Elaboração e Implementação do Plano de Eficiência Energética;
- ✚ Revisão da NCI, nomeadamente procedimentos de Contratação Pública e Cobranças;
- ✚ Reforço da contabilidade analítica;
- ✚ Redução/racionalização das despesas e dos auto-consumos;

Em termos de prazo de implementação no plano considerou-se que as três primeiras medidas enunciadas seriam implementadas em 2013 e as restantes sem data específica de implementação.

Conforme referido nos relatórios de acompanhamento anteriores todas as medidas, à exceção da implementação do Orçamento de base zero, foram implementadas em 2013. No entanto, temos informação do Departamento Financeiro que se encontram em fase de adoção os princípios e regras subjacentes à elaboração de Orçamento de base zero, que está consubstanciado também nas regras de Execução da Orçamentação em vigor (documento obrigatório pela Lei 73/2013, de 3 de Setembro).

6. ACOMPANHAMENTO MEDIDAS ESPECIFICAS 2015 DO PSF

A análise e acompanhamento da implementação das medidas específicas é efetuada sobretudo através da comparação da execução orçamental com referência ao período em apreço com os montantes previstos no plano para o ano de 2015. Chama-se a atenção que a execução dada entre os montantes executados e os montantes previstos no plano deve ser considerada comparando com uma base de execução normal de 25% (execução esperada em três meses, sem considerar a sazonalidade das receitas e despesas).

6.1. RECEITAS

O total de receitas previstas para o ano de 2015 era de 27.515.368€. O total de receitas realizadas no final do primeiro trimestre do ano de 2015 cifrou-se em 4.362.893€, pelo que se registou neste trimestre uma percentagem de execução total de 15,86%.



Rubricas	Previsto	1.º Trimestre	Total Março 2015	% Execução
Receitas Correntes	19.862.157	3.621.231	3.621.231	18,23%
Receitas Capital	7.653.211	741.662	741.662	9,69%
Total	27.515.368	4.362.893	4.362.893	15,86%

Em termos de receitas correntes verifica-se um comportamento de execução ligeiramente abaixo do previsto (percentagem de execução de 18,23%).

Em relação às receitas de capital verifica-se que o desvio é também desfavorável, no sentido de que no primeiro trimestre de 2015 foram arrecadadas menos receitas de capital do que o esperado (percentagem de execução de 9,69%).

Em termos de rubricas económicas verifica-se que os maiores desvios positivos face ao previsional (% execução superior a 25%) foram registados nas rubricas de:

- Multas – percentagem de execução de 45,80%;
- Transferências Correntes – percentagem de execução de 25%;
- Venda de Bens e Serviços Correntes - percentagem de execução de 28,75%;
- Outras receitas correntes – percentagem de execução de 119,80%;

Por outro lado os maiores desvios negativos nas receitas (% execução inferior a 25%) foram registados nas seguintes rubricas:

- IMI – percentagem de execução de 1,76%;
- IMT – percentagem de execução de 22,44%;
- Derrama – percentagem de execução de 4,40%;
- Rendimentos de Propriedade - percentagem de execução de 1,30%;

Mais detalhadamente apresentam-se os desvios entre o previsto no plano e realizado até Março de 2015 em termos de receitas correntes:



Descrição	2015			
	Previsão Anual	1.º Trimestre	Total Acumulado	% Execução
Receitas correntes	19.862.156,96	3.621.231,01	3.621.231,01	18,23%
Impostos directos	6.529.949,75	525.429,53	525.429,53	8,05%
IMI	4.102.088,39	72.023,80	72.023,80	1,76%
IMT	1.029.277,69	231.020,92	231.020,92	22,44%
Derrama	740.871,91	32.630,47	32.630,47	4,40%
Outros	657.711,75	189.754,34	189.754,34	28,85%
Impostos indirectos	846.529,07	130.488,23	130.488,23	15,41%
Taxas, multas e outras penalidades	437.182,47	68.894,34	68.894,34	15,76%
Taxas	390.554,08	47.537,76	47.537,76	12,17%
Multas	46.628,39	21.356,58	21.356,58	45,80%
Rendimentos da propriedade	1.314.753,45	17.090,99	17.090,99	1,30%
Transferências correntes	8.555.959,58	2.138.843,36	2.138.843,36	25,00%
Venda de bens e serviços correntes	2.052.150,21	589.981,56	589.981,56	28,75%
Venda de bens	10.569,00	363,87	363,87	3,44%
Serviços	1.951.439,21	577.458,99	577.458,99	29,59%
Rendas	90.142,00	12.158,70	12.158,70	13,49%
Outras receitas correntes	125.632,43	150.503,00	150.503,00	119,80%

No que diz respeito aos impostos directos, o detalhe evidenciado no quadro acima permite-nos concluir que a taxa de execução ascendeu a 8,05%, principalmente justificada pela execução das receitas relativas a IMT e Outros (IUC).

Em relação ao IMI considera-se que a fraca percentagem de execução do primeiro trimestre está apenas relacionada com a sazonalidade das transferências.

Em termos de IMT a execução do primeiro trimestre de 2015 cifra-se em 22,44%, significando que apresenta um ligeiro desvio face ao previsto.

O IUC (considerado na rubrica de outros) apresenta uma execução acima do previsto (mais cerca de 25.326€), devido sobretudo ao aumento de transações do ano e devido à eficiência na cobrança das finanças de IUC de anos anteriores.

Na classe económica das taxas, multas e outras penalidades verifica-se que apesar da rubrica de multas apresentar uma execução positiva, é a rubrica das taxas que tem mais peso nestas receitas e apresenta uma execução de 12,17%. Esta rubrica está sobretudo influenciada pela



subrubrica dos loteamentos e obras e reflete a desaceleração operações de licenciamento urbanísticas.

Os rendimentos de propriedade apresentam desvios negativos (% de execução de 1,30%), uma vez que no primeiro trimestre do ano não foi arrecadada a renda trimestral referente à concessão da exploração à EDP da rede elétrica de baixa tensão. Esta renda foi recebida em Abril de 2015 no montante de 285.602€.

No que diz respeito às receitas das transferências correntes a sua execução encontra-se igual ao previsto (% de execução de 25%).

Relativamente à venda de bens e serviços correntes temos que a rubrica de venda de bens está desfasada do previsto para 2015 (3,44%), a venda de serviços está com uma percentagem de execução de 29,59% e as rendas apresentam uma execução de 13,49%. Assim, dos cerca de 2.052.150€ previstos para o ano de 2015, foram executados cerca de 589.982€, ou seja, a percentagem de execução global é de 28,75%.

Este desvio justifica-se sobretudo pelo comportamento dos resíduos sólidos. Nesta rubrica o previsto arrecadar era de cerca de 1.585.803€ e o efetivamente recebido foi cerca 435.778€ (27,4%).

Em relação às Outras Receitas Correntes temos que no primeiro trimestre a arrecadação já ultrapassou o total previsto para o ano de 2015, sobretudo devido a reembolsos de sinistros.

Mais detalhadamente apresentam-se os desvios entre o previsto no plano e realizado em 2015 em termos de receitas de capital:



SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176

Descrição	2015			
	Previsão Anual	1.º Trimestre	Total Acumulado	% Execução
Receitas de capital	7.653.211,49	741.509,73	741.509,73	9,69%
Venda de bens de investimento	221.491,56	0,00	0,00	0,00%
Terrenos	9.268,23	0,00	0,00	0,00%
Habitações	195.388,83	0,00	0,00	0,00%
Edifícios	16.834,50	0,00	0,00	0,00%
Outros bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00%
Transferências de capital	7.419.455,76	741.509,73	741.509,73	9,99%
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	1.827.480,00	600.275,00	600.275,00	32,85%
Participação comunitária em projectos co-financiados e outras	5.591.975,76	141.234,73	141.234,73	2,53%
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%
Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	100,00%
Outras receitas de capital	12.264,17	0,00	0,00	0,00%
Rep. não abatidas nos pagamentos	0,00	151,94	151,94	0,00%

Em termos de vendas de bens de investimento foi prevista uma receita para o ano de 221.492€, sendo que no primeiro trimestre de 2015 não foi arrecadado qualquer montante.

No primeiro trimestre foi realizada uma hasta pública em 23/02/2015 onde estavam 15 imóveis publicitados em edital para realização de hasta pública com valor proposto de alienação de 1.249.022€:

Localidade	Morada/Lote	Valor Proposto para Venda
Pedrogão	Estrada Municipal Nº 557	17.700 €
Quinta do Mato	Rua Cabeço do Azinho	90.310 €
Rua Santo António	Terreno junto ao Continente	46.390 €
Pafarrão	Rua da Escola	31.793 €
Casas Altas	Rua do Mosteiro Lote nº2	28.030 €
	Rua do Mosteiro Lote nº3	28.710 €
	Rua do Mosteiro Lote nº5	43.240 €
Via dos Negréus	Lote 9	343.860 €
	Lote 10	94.820 €
Chancelaria	1. Rua das Escolas	101.770 €
	2. Rua das Escolas	62.830 €
Lamarosa	Rua Drº João Martins de Azevedo	123.035 €
Almonda	Bairro José Dias Simão - Rua C	71.140 €
Casais Martanes	Travessa do Casal	96.525 €
Lapas	Rua das Escolas	68.870 €
Total		1.249.022 €



A hasta pública não concretizou nenhuma alienação. No entanto no mês de Maio foi realizada uma venda de uma parcela de terreno de 11.500€.

As transferências ao abrigo do FEF apresentam uma percentagem de execução de 32,85%.

A taxa de execução de Fundos Comunitários no primeiro trimestre de 2015 representa uma execução de 2,53% face ao total previsto para o ano.

Esta receita está diretamente ligada à despesa em bens de capitais que apresenta no primeiro trimestre ano uma baixa execução (cerca de 7,52%).

Destacamos que a percentagem de execução das receitas de capital (9,69%) está fortemente influenciada pela rubrica dos Fundos Comunitários.

6.2. DESPESAS

O total de despesas previstas para o ano de 2015 é de 27.433.178€. O total de despesas realizadas no primeiro trimestre de 2015 cifrou-se em 4.071.389€, pelo que se regista uma percentagem de execução de 14,84%.

Rubricas	Previsto	1.º Trimestre	Total Março 2015	% Execução
Despesa corrente	16.571.598	3.139.403	3.139.403	18,94%
Despesa de capital	10.861.580	931.986	931.986	8,58%
Total	27.433.178	4.071.389	4.071.389	14,84%

Em termos de despesas correntes e de capital verifica-se que o desvio mais acentuado é referente às despesas de capital, com uma percentagem de execução de 8,58%, sendo que as despesas correntes foram também inferior ao previsto (taxa de execução de 18,94%).

Em termos de rubricas económicas verifica-se que os maiores desvios positivos face ao previsional (% execução superior a 25%) foram registados nas rubricas de:

- Transferências Correntes – percentagem de execução de 356,46%;
- Subsídios - 62,75%;



Por outro lado os maiores desvios negativos nas despesas (% execução inferior a 25%) foram registados nas seguintes rubricas:

- Juros e Outros Encargos – percentagem de execução de 13,39%;
- Aquisição de Bens de Capital – percentagem de execução de 7,52%;
- Passivos Financeiros – 10,94%;

Mais detalhadamente apresentam-se os desvios entre o previsto no plano e realizado em 2015 em termos de despesas correntes:

Descrição	2015			
	Previsão Anual	1.º Trimestre	Total Acumulado	% Execução
Despesas correntes	16.571.597,77	3.139.402,78	3.139.402,78	18,94%
Despesas com o pessoal	8.797.077,59	1.720.474,09	1.720.474,09	19,56%
Remunerações certas e permanentes	7.141.513,62	1.389.432,02	1.389.432,02	19,46%
Abonos variáveis ou eventuais	223.055,47	20.691,99	20.691,99	9,28%
Segurança social	1.432.508,50	310.350,08	310.350,08	21,66%
Aquisição de bens e serviços	6.432.534,50	1.198.025,55	1.198.025,55	18,62%
Aquisição de bens	1.365.631,33	252.337,35	252.337,35	18,48%
Aquisição de serviços	5.066.903,17	945.688,20	945.688,20	18,66%
Juros e outros encargos	769.516,13	103.076,67	103.076,67	13,39%
Resultantes do PAEL	160.214,07		0,00	0,00%
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	609.302,06	103.076,67	103.076,67	16,92%
Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00		0,00	0,00%
Transferências correntes	13.666,00	48.714,45	48.714,45	356,46%
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	1.635,00	1.635,00	100,00%
Freguesias	13.666,00	24.911,51	24.911,51	182,29%
Associações de municípios	0,00		0,00	100,00%
Instituições sem fins lucrativos	0,00	22.167,94	22.167,94	100,00%
Famílias	0,00		0,00	100,00%
Outras	0,00	0,00	0,00	100,00%
Subsídios	47.420,81	29.755,75	29.755,75	62,75%
Empresas públicas municipais e intermunicipais	47.420,81	5.959,20	5.959,20	12,57%
Famílias	0,00	23.796,55	23.796,55	100,00%
Outros	0,00		0,00	0,00%
Outras despesas correntes	511.382,74	39.356,27	39.356,27	7,70%

No que diz respeito às despesas com pessoal, o detalhe evidenciado no quadro acima permite-nos concluir que a taxa de execução ascendeu a 19,56%.



Apesar da integração em 12 de Setembro de 2014 de 17 trabalhadores da Empresa Municipal que representam um montante de cerca de 58.000€, temos que a rubrica de despesas com pessoal apresenta uma diminuição face ao previsto no plano.

No primeiro trimestre de 2015, saíram 6 trabalhadores, entrou 1 e estavam 13 trabalhadores de licença sem remuneração.

Quer a rubrica de aquisição de bens, quer a rubrica de aquisição de serviços apresentam uma execução abaixo do previsto para o primeiro trimestre de 2015, com taxas de execução de 18,48% e 18,66%, respetivamente.

Em termos de juros e encargos a execução do primeiro trimestre ascendeu a 13,39%.

No que diz respeito às transferências correntes previsionalmente foi considerado um valor anual de transferências de cerca de 13.666€, sendo que até Março de 2015 foram realizadas transferências no montante de 48.714€, o que corresponde a uma execução de 356,46%.

De salientar, no entanto, que existem transferências regulares que não foram previstas no plano (como por exemplo as transferências para a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo) o que irá originar sempre desvios significativos.

Em relação aos subsídios no plano inicial e com o pressuposto de que a empresa Turrisespços seria internalizada os subsídios considerados ascendiam a cerca de 47.000€.

Na sequência de a 03 de Setembro de 2014 ter sido aprovado em Assembleia Municipal a dissolução da empresa Turrisespços, em 2015 não foi efetuada qualquer transferência para a empresa Turrisespços, sendo que esta empresa está em processo de liquidação e de apuramento de valores a integrar no Município.

Na rubrica de outras despesas correntes a taxa de execução de 2015 face ao valor previsto anualmente foi de 7,70%, ou seja, dos 511.383€ previsto para despesas desta rubrica foram efetivamente pagos no primeiro trimestre de 39.356€, apresentando um desvio de cerca de 88.000€.



Este desvio é sobretudo referente ao valor de 463.994€ previsto para fazer face a processos judiciais em curso que ainda não tiveram efetivamente decisão e portanto ainda não geraram o exfluxo de meios financeiros. Pelo que apurámos atualmente o valor atual das provisões ascende a cerca de 4.000.000€, sobretudo pela entrada de um processo (1353/13.9 BELRA) que tem um valor estimado de 3.000.000€.

Assim, a previsão temporal do exfluxo é a seguinte:

Ano	2015	2016	Total
Valor dos Processos Judiciais em curso	321 849	3 736 207	4 058 056

Sendo que no plano inicial a situação prevista era a seguinte:

Ano	2013	2014	2015	Total
Valor dos Processos Judiciais em curso	503 505,00	1 137 017	463 994	2 104 516

De salientar que em 2015 não foram, no primeiro trimestre, pagos quaisquer valores no âmbito de processos judiciais em curso.

Mais detalhadamente apresentam-se os desvios entre o previsto no plano e realizado em 2015 em termos de despesas de capital:



Descrição	2015			
	Previsão Anual	1.º Trimestre	Total Acumulado	% Execução
Despesas de capital	10.861.580,12	931.986,47	931.986,47	8,58%
Aquisição de bens de capital	7.486.225,51	562.731,77	562.731,77	7,52%
Investimentos	6.405.180,36	562.731,77	562.731,77	8,79%
Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00%
Habitações	0,00	5.000,00	5.000,00	100,00%
Edifícios	6.027.805,46	377.706,93	377.706,93	6,27%
Construções diversas	250.000,00	155.930,70	155.930,70	62,37%
Outros	127.374,90	24.094,14	24.094,14	18,92%
Locação financeira	0,00	0,00	0,00	0,00%
Bens de domínio público	1.081.045,15	0,00	0,00	0,00%
Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	100,00%
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	100,00%
Freguesias	0,00	0,00	0,00	100,00%
Associações de municípios	0,00	0,00	0,00	0,00%
Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	100,00%
Famílias	0,00	0,00	0,00	100,00%
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00%
Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%
Passivos financeiros	3.375.354,61	369.254,70	369.254,70	10,94%
Resultantes do PAEL	422.835,07	0,00	0,00	0,00%
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	2.952.519,54	369.254,70	369.254,70	12,51%
Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00%

Conforme já referido as despesas de capital apresentam percentagens de execução reduzidas. Primeiramente a aquisição de bens de investimento onde se encontravam previstos 7.486.226€ a realizar em 2015, apresenta um total de despesa paga até Março de 2015 de 562.732€ (percentagem de execução de 7,82%).

Em termos de obras no ano anterior o desvio apurado entre o previsto e executado foi significativo, sendo que dos 5.792.904€ previstos foram apenas executados 2.968.920€ existindo diversos desfasamentos entre as obras previstas e as realmente executadas.



Em 2015 o montante previsto de despesas em bens de investimento ascende a 7.486.226€ e divide-se pelas seguintes rubricas:

Descrição	Previsto 2015
AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	20 000
AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES MATERIAL TRANSPORTE	7 375
CONSTRUCAO CENTRO ESCOLAR SANTA MARIA	813 122
REQUALIFICACAO ESCOLA MANUEL FIGUEIREDO-OBRA	2 764 684
INFRAESTRUTURAS ZONA ENVOLVENTE DO HOSPITAL - 2ª. FASE	300 000
OBRA - PARQUE URBANO-MATA DOS MESIOES	528 776
MERCADO DAS IDEIAS	1 500 000
PAV.URB.LIGAÇÃO A LAPAS	152 269
URBANIZAÇÃO DA MEIA VIA - LOTEAMENTO F. SILVA GONÇALVES	50 000
EDIFÍCIOS	150 000
CONSTRUÇÕES DIVERSAS E INFRAESTRUTURAS	1 000 000
EQUIPAMENTOS DIVERSOS	100 000
BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO	100 000
Total	7 486 226

O montante realizado no primeiro trimestre de 2015 ascendeu a 562.732€ repartido pelos seguintes projetos:

Descrição	Executado 2015
LICENCIAMENTO DE SOFTWARE INFORMATICO	8 523
AQUISICAO E GRANDES REPARACOES DE EQUIPAMENTO BASICO	3 069
AQUISICAO E GRANDES REPARACOES DE EQUIPAMENTO INFORMATICO	6 871
AQUISICAO E GRANDES REPARACOES DE EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	2 743
AQUISICAO DE COMPUTADORES E OUTRO EQUIPAMENTO INFORMATICO	670
AQUISICAO E GRANDES REPARACOES DE EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	310
AQUISICAO E GRANDES REPARACOES DE EQUIPAMENTO BASICO	704
AQUISICAO E GRANDES REPARACOES DE FERRAMENTAS E UTENSILIOS	126
REQUALIFICACAO ESCOLA MANUEL FIGUEIREDOOBRA	358 225
BENEFICIACAO E GRANDES REPARACOES EM EDIFICIOS ESCOLARES DO 1º CEB E JARDINS I	5 761
APOIO AO FUNCIONAMENTO DAS ESCOLASMOBILIARIO E OUTROS	127
INFRAESTRUTURAS ZONA ENVOLVENTE DO HOSPITAL 2ª. FASE	303
PROJECTO/CONSTRUCAO DO CONVENTO DO CARMO REMODELACAO	9 840
AQUISICAO DE PREDIOS(VAZIOS) E EDIFICIOS	5 000
RECUPERACAO DO CONVENTO DO CARMO	140
FORNECIMENTO E MONTAGEM DE CONTENTORES SUBTERRANEOS	2 140
AQUISIÇÃO COMPLEXO DENOMINADO DESTILARIA DA BROGUEIRAMUSEU DO FIGO	3 741
REMODELACAO DO MERCADO DO PEIXE	153 791
AQUISICAO E REPARACAO DE EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	136
FERRAMENTAS E UTENSILIOS	303
MÉDIO TEJO GESTÃO EM SIG VALOR GLOBAL OUTROS PROJECTOS	208
Total	562 732



6.3. RESUMO

Em resumo verificaram-se desvios quer ao nível da receita, quer ao nível da despesa, sendo que parte dos mesmos têm origem em desvios ocorridos nos anos de 2013 e 2014, designadamente atraso no recebimento da última tranche do PAEL (prevista para 2013 e realizado em 2014), a não verificação de vendas de bens de capital, subsídios comunitários que não se realizam devido aos desvio na aquisição de bens de capital e subsídios a empresas municipais.

O Saldo previsto do ano entre receitas e despesas para o ano de 2015 era de 82.191€. Contudo, o Município apresenta um saldo (receita-despesa) no primeiro trimestre positivo em 291.503€.

Convém salientar que apesar das execuções reais apresentarem diversos desvios face ao plano inicial, os saldos gerados tem sido bastante mais positivos do que os previstos no plano inicial:

COMPARAÇÃO EXECUÇÃO ORÇAMENTO VS PSF

	2012		2013		2014		Saldo Acumulado	
	Executado	Previsto PSF	Executado	Previsto PSF	Executado	Previsto PSF	Executado	Previsto PSF
Receitas	26 094 026	29 891 525	33 877 641	40 777 138	25 974 422	26 492 590	85 946 088	97 161 254
Despesas	25 865 096	28 834 857	33 745 298	41 628 771	24 441 808	26 769 877	84 052 203	97 233 506
Saldo	228 930	1 056 668	132 342	-851 633	1 532 613	-277 287	1 893 886	-72 252

Pelo exposto mantêm-se as sugestões quanto à necessidade de articulação entre os valores previstos no plano e os constantes dos orçamentos anuais (nota: orçamento corrigido a Março de 2015 que integra modificações de rubricas ainda não aprovadas):



Rubricas	Designação	Orçamento 2015	Previsto PSF 2015	Desvio Orçamento vs Plano
01	IMPOSTOS DIRECTOS	6 968 482	6 529 950	438 532
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	446 627	846 529	-399 902
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	407 569	437 182	-29 614
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1 209 282	1 314 753	-105 471
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10 478 243	8 555 960	1 922 284
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	2 161 034	2 052 150	108 884
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	241 141	125 632	115 509
Total Receita Corrente		21 912 379	19 862 157	2 050 222
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	86 333	221 492	-135 158
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9 978 779	7 419 456	2 559 324
13	OUTRAS RECEITAS CAPITAL	0	12 264	-12 264
Total Receita Capital		10 065 113	7 653 211	2 411 901
Total Receita		31 977 491	27 515 368	4 462 123

Rubricas	Designação	Orçamento 2015	Previsto PSF 2015	Desvio Orçamento vs Plano
01	DESPESAS COM O PESSOAL	8.407.272	8.797.078	-389.806
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	7.916.626	6.432.535	1.484.091
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	662.676	769.516	-106.841
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	462.607	13.666	448.941
05	SUBSÍDIOS	82.680	47.421	35.259
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	488.067	511.383	-23.315
Total Despesa Corrente		18.019.928	16.571.598	1.448.330
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	10.713.393	7.486.226	3.227.167
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	73.126	0	73.126
09	ACTIVOS FINANCEIROS	144.893	0	144.893
10	PASSIVOS FINANCEIROS	3.026.152	3.375.355	-349.202
Total Despesa Capital		13.957.564	10.861.580	3.095.983
Total Despesas		31.977.491	27.433.178	4.544.313

Assim, em termos de orçamento para 2015 foram previstas receitas e despesas em mais cerca de 4.500.000€ do que o previsto no Plano de Saneamento para o mesmo ano. No entanto se analisarmos as diferentes rubricas da despesa e da receita constatamos:

- Na receita corrente o aumento deve-se à rubrica de Transferências Correntes de corrente de se ter alterado a proporcionalidade das transferências do Orçamento de Estado, entra a componente corrente e de capital, ao aumentar a percentagem das transferências correntes até 90%, em detrimento das de capital (até 10%), correspondendo desta forma ao Princípio do Equilíbrio Corrente, definido no Regime Financeiro das Autarquias Locais;
- Na receita de capital, a diferença decorre das Transferências de Capital, provenientes de financiamentos comunitários, uma vez que as obras às quais estão consignadas deslizaram na sua execução.



- No âmbito da despesa corrente o principal desvio ocorre com a rubrica de aquisição de bens e serviços sustentando-se tal desvio numa subavaliação da despesa efetiva quando a elaboração do PSF, carecendo tal facto de ajustamento.
- Na despesa de capital a rubrica aquisição de bens de capital é a principal responsável pelo desvio constado. Tal justifica-se pelo deslizamento de obras que estavam previstas realizar em anos transatos.

Em termos de execução orçamental das receitas Março de 2015 temos uma percentagem de 13,64%.

Rubricas	Designação	Orçamento 2015	Realizado 1º Trimestre de 2015	% Execução Orçamental
01	IMPOSTOS DIRECTOS	8.407.272	525.430	6,25%
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	7.916.626	130.488	1,65%
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	662.676	68.894	10,40%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	462.607	17.091	3,69%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	82.680	2.138.843	2586,89%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	488.067	589.982	120,88%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	18.019.928	150.503	0,84%
Total Receita Corrente		10.713.393	3.621.231	33,80%
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	73.126	0	0,00%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	144.893	741.510	511,76%
13	OUTRAS RECEITAS CAPITAL	3.026.152	0	0,00%
Total Receita Capital		13.957.564	741.510	5,31%
Total Receita		31.977.491	4.362.741	13,64%

Em termos de execução orçamental das despesas Março de 2015 temos uma percentagem de 12,73%:

Rubricas	Designação	Orçamento 2015	Realizado 1º Trimestre de 2015	% Execução Orçamental
01	DESPESAS COM O PESSOAL	8.407.272	1.720.474	20,46%
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	7.916.626	1.198.026	15,13%
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	662.676	103.077	15,55%
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	462.607	48.714	10,53%
05	SUBSÍDIOS	82.680	29.756	35,99%
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	488.067	39.356	8,06%
Total Despesa Corrente		18.019.928	3.139.403	17,42%
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	10.713.393	562.732	5,25%
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	73.126	0	0,00%
09	ACTIVOS FINANCEIROS	144.893	0	0,00%
10	PASSIVOS FINANCEIROS	3.026.152	369.255	12,20%
Total Despesa Capital		13.957.564	931.986	6,68%
Total Despesas		31.977.491	4.071.389	12,73%



Apresentam-se os resumos globais de execução de receitas e despesas no final do primeiro trimestre de 2015:

Descrição	2015				Desvio (real - Previsto)
	Previsão Anual	1.º Trimestre	Total Acumulado	% Execução	
Total receita	27.515.368,45	4.362.892,68	4.362.892,68	15,86%	23.152.475,77
Receitas correntes	19.862.156,96	3.621.231,01	3.621.231,01	18,23%	16.240.925,95
Receitas de capital	7.653.211,49	741.509,73	741.509,73	9,69%	6.911.701,76
Total despesa	27.433.177,89	4.071.389,25	4.071.389,25	14,84%	23.361.788,64
Despesa corrente	16.571.597,77	3.139.402,78	3.139.402,78	18,94%	13.432.194,99
Despesa de capital	10.861.580,12	931.986,47	931.986,47	8,58%	9.929.593,65
Saldo (Receita - Despesa)	82.190,56	291.503,43	291.503,43	354,67%	-209.312,87

CONCLUSÕES:

A necessidade do Plano ser articulado com os Orçamentos anuais, designadamente, nas seguintes áreas:

- Impostos e Taxas – Taxas e revisão de tarifários estipulados e não verificadas;
- Passivos Financeiros – período das transferências dos empréstimos que não correspondem ao inicialmente previsto;
- Investimento em bens de capital – obras previstas não realizadas, que precisam de reajustamento para os períodos posteriores. A receita de subsídios ao investimento é fortemente afetada por esta rubrica, pelo que deve ser revista em conformidade.
- Transferências Correntes – Não verificação nas datas previstas da resolução dos processos judiciais em curso, pelo que devem ser deslizados para o futuro.
- Internalização da Turrisespaços – A decisão apenas ocorreu Setembro de 2014 pelo que no Plano não estão consideradas transferências para esta empresa, mas sim o suporte do financiamento da sua atividade internalizada, sendo que falta apurar o valor da liquidação.

Salientamos também que de acordo com o Art.º 7 do DL 38/2008, de 07 de Março, no caso de incumprimento, pese embora a necessidade de articulação dos documentos previsionais por forma a que os mesmos sejam coerentes e fidedignos no suporte à gestão, podemos concluir que têm vindo a ser alcançados os objetivos contratados no Âmbito do PAEL e Saneamento



Financeiro, uma vez que os resultados do ano, e acumulados, superam os preconizados no PSF e os objetivos de reestruturação da dívida.

A articulação referida deve ser enquadrada face ao disposto no n.º 5 do Art.º 40 da Lei das Finanças Locais, que transcrevemos:

“ Artigo 40º - Saneamento financeiro municipal

....5 – O incumprimento do plano de saneamento financeiro, referido no n.º 2, é comunicado, pela assembleia municipal, ao Ministro das Finanças e ao ministro que tutela as autarquias locais e, até à correção das causas que lhe deram origem, determina:

- a) A impossibilidade de contração de novos empréstimos durante um período de cinco anos;
- b) A impossibilidade de acesso à cooperação técnica e financeira com a administração central;”

7. EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Quanto à evolução patrimonial e em termos de grandes rubricas também se verificam desvios significativos entre o previsto e o real.

Assim os valores previstos são os sintetizados no quadro seguinte:

Previsto	2012	2013	2014	Variação (2013 - 2012)	Variação (2014 - 2013)
Ativo	169 440 453	165 606 370	162 972 109	-3 834 083	-2 634 261
Passivo	84 288 541	79 395 071	75 440 478	-4 893 470	-3 954 593
Proveitos e Ganhos	24 410 762	24 452 491	24 765 293	41 729	312 802
Custos e Perdas	24 201 582	23 395 202	23 444 961	-806 381	49 759
Resultado Líquido Exercício	209 180	1 057 289	1 320 332	848 110	263 043

Destes valores salienta-se a tónica colocada na redução do passivo e na contenção de gastos.

O rácio de autonomia financeira estimado para os anos de 2013 e 2014 era de 52,06% e 53,71%, respetivamente.



Os valores efetivos foram os seguintes:

Real	2012	2013	2014	Varição (2013 - 2012)	Varição (2014 - 2013)
Ativo	157 182 944	150 966 845	149 384 274	-6 216 099	-1 582 571
Passivo	70 246 372	64 542 613	61 041 891	-5 703 759	-3 500 722
Proveitos e Ganhos	21 486 736	22 366 654	25 039 318	879 918	2 672 664
Custos e Perdas	23 678 590	22 993 538	22 000 477	-685 052	-993 061
Resultado Líquido Exercício	-2 191 854	-626 884	3 038 841	1 564 970	3 665 725

Realçamos a redução do passivo total até à data ser superior à redução prevista; o aumento dos proveitos e ganhos também superior ao previsto; ao passo que a diminuição real dos custos e perdas foi também superior ao previsto o que resulta na obtenção de resultados líquidos mais favoráveis do que os previstos.

Realçamos também que os valores de autonomia financeira reais para os anos de 2013 e 2014 foram de 57,25% e 59,14%, respetivamente, sendo superiores aos inicialmente previstos.

Em Março de 2015 o Município apresenta um prazo médio de pagamentos de 16 dias e não tem pagamentos em atraso a mais de 90 dias.

8. CONCLUSÕES

O presente relatório pretende dar uma visão global do enquadramento das operações de financiamento descritas comparando os valores e condições previstos com os efetivamente negociados e realizados.

Acompanhou-se a evolução dos empréstimos em termos de amortizações e juros.

Efetuiu-se uma revisão global da implementação das medidas genéricas previstas no plano.

Com o apuramento de valores de receitas e despesas efetivas do primeiro trimestre de 2015, efetuou-se uma análise detalhada dos desvios verificados face aos previstos inicialmente no plano, detalhando-se nas áreas mais significativas as justificações para a ocorrência de tais desvios.

Aprofundaram-se também as diferenças do plano face ao orçamento e as diferenças em termos de evolução patrimonial.

Em face do descrito, recomenda-se a articulação do plano inicial com base em pressupostos atuais e de forma a minimizar os desvios nos próximos anos, nos termos do Art.º 9 da Portaria



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

281-A/2012, de 14 de Setembro (regulamenta o PAEL) e em conformidade com a exigência prevista no disposto no n.º 5 do Artigo 6º da Lei 43/2012 de 28 de Agosto (aprova o PAEL).

Alertamos também para a redação dos n.ºs 1 e 4, do Artigo 11º (Sanções) da referida Lei 43/2012 de 28/08, que referem que a aprovação de quaisquer atos que violem o cumprimento do Artigo 6.º é considerada uma ilegalidade grave e que o incumprimento dos objetivos definidos constitui facto suscetível de responsabilidade financeira, nos termos previstos nas alíneas b), d) e f) do n.º 1 do Artigo 65º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.